

Uma análise de *Que fazer?* à luz das propostas ecossocialistas

Sávio Freitas Paulo*

Resumo: Este trabalho analisa alguns argumentos desenvolvidos por autores da literatura ecossocialista, buscando relacioná-los com as teses de Lenin, sobretudo no que se refere à organização de um movimento efetivamente combativo ao modo de produção capitalista, responsável pela atual crise climática. Na primeira seção foi realizada uma breve exposição das principais ideias desenvolvidas pelos teóricos do ecossocialismo; na segunda seção analisou-se aquelas diretrizes consideradas mais problemáticas; e, por fim, foram apresentadas as propostas ecossocialistas que parecem mais adequadas ao enfrentamento da iminência climática, que tende a se agravar num futuro próximo.

Palavras-chave: ecossocialismo; Lenin; crise climática; organização revolucionária;

Abstract: This paper analyzes some arguments developed by authors of ecosocialist literature, seeking to relate them to Lenin's theses, especially with regard to the organization of a movement effectively combating the capitalist mode of production, responsible for the current climate crisis. In the first section, a brief exposition of the main ideas developed by the theorists of ecosocialism was carried out; in the second section, those guidelines considered more problematic were analyzed; and, finally, the ecosocialist proposals that seem to be more adequate to face the climate imminence, which tends to worsen in the near future, were presented.

Keywords: ecossocialismo; Lenin; climate crisis; revolutionary organization.

Introdução

Em consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, gerador de uma crescente devastação de áreas verdes, de um crescimento desenfreado das cidades, da proliferação de grandes indústrias e de meios de transportes extremamente poluentes, do esgotamento da fertilidade de áreas cultiváveis, entre outros, é possível perceber que, ainda no século XIX, esparsas manifestações de preocupação com questões ecológicas despontam na literatura (seja ela marxista ou não). Contudo, essa temática só adquire maior visibilidade no debate social e científico em meados do século XX, quando se observa a consolidação de um movimento ambientalista pluridisciplinar. A partir daí, a investigação dos impactos dos seres humanos sobre a natureza ganha maior relevância e, desde então, se coloca como um elemento intrínseco ao pensamento cotidiano. Assim, o pensamento ambientalista se consolida pela tentativa de implementação de uma “economia verde”, que se propõe a efetuar uma exploração sustentável dos recursos naturais do planeta.

Especialmente a partir dos anos 1980, emergem na tradição marxista estudos que se relacionam com as pautas ambientais. Esta vertente do marxismo se consolida sob o nome de ecossocialismo. Como apresenta Fernandes (2020, p. 94), esse movimento se estabelece na medida em que pensadores socialistas passam a ter contato com os desenvolvimentos teóricos do movimento ambientalista mundial. Os primeiros ecossocialistas buscaram realizar uma síntese entre o pensamento socialista (vermelho) e as preocupações ambientalistas (verde). Esse agrupamento teórico é tido pela literatura como o primeiro estágio do pensamento ecossocialista, sendo possível reconhecer, em

* Doutorando em Economia pelo PPGE-UFF. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx/UFF) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ontologia Crítica (GEPOC-UFF). Bolsista CAPES. E-mail: savio.freitas37@gmail.com.

seu processo de desenvolvimento até os dias atuais, a formação de pelo menos mais dois estágios.¹

Nesse sentido, à luz da crise climática já em curso e em processo de intensificação, este trabalho se propõe a realizar um resgate dos principais elementos presentes na célebre obra de Lenin, *Que fazer?* (1902 [2015]), buscando contrastá-los com o tratamento sobre a temática revolucionária desenvolvida por importantes pensadores do pensamento ecossocialista, com destaque para as formulações de Michael Löwy, John Bellamy Foster, Paul Burkett, Andreas Malm e Eduardo Sá Barreto. Isso porque o esforço do camarada Lenin possibilitou um reconhecimento de condições objetivas que, se articuladas, possibilitariam a organização de um movimento revolucionário emancipatório das massas, considerando as condições marcadamente calamitosas que plasmavam a sociabilidade russa. Além desse diagnóstico, é mérito de Lenin determinar importantes diretrizes práticas necessárias para a plena realização do movimento de sublevação soviético, que, como se sabe, consolida-se 15 anos depois da publicação da obra aqui destacada. Por isso, buscou-se contrastar os direcionamentos apresentados por Lenin com as propostas de enfrentamento ao sistema capitalista desenvolvidas no bojo da teoria ecossocialista, considerando, evidentemente, as peculiaridades que se apresentam na sociedade contemporânea.

Como forma de realizar tal tarefa, além desta introdução e de uma conclusão, este trabalho conta com três seções. Foi apresentada, na primeira seção, uma breve síntese sobre o pensamento ecossocialista e sobre sua divisão em fases, sendo destacadas as principais contribuições legadas pelos autores expoentes dessa tradição. Na segunda seção, foram destacados três elementos da análise leniniana referentes à problemática da organização revolucionária russa, que se relacionam com as soluções práticas defendidas nos trabalhos de autores como Löwy, Burkett, entre outros. Por fim, na terceira seção, foram analisadas as contribuições leninianas que dialogam com as propostas desenvolvidas especialmente por Sá Barreto e Malm. Destaca-se que as proposições desenvolvidas pelos últimos autores mencionados portam implicações políticas menos tacanhas (em comparação com os autores destacados na segunda seção) e evidenciam um maior esclarecimento sobre a insuficiência portada pelas propostas ecológicas reformistas, utópicas e voluntaristas, indicando a necessidade de radicalização da ação mobilizadora revolucionária (assim como propôs Lenin à sua época).

1. Breve síntese do pensamento ecossocialista

Como foi aludido, o desenvolvimento do pensamento ecossocialista não se dá de maneira uniforme, de modo que não é possível afirmar que existe uma unidade teórica absoluta entre seus representantes. Dessa forma, essa tradição é geralmente dividida em estágios, de acordo com a perspectiva teórica mais geral adotada pelos autores que se propõem a relacionar a teoria marxista com as questões ambientais. Assim, pode-se falar em três estágios do pensamento ecossocialista, sendo que os dois primeiros são mais consolidados na literatura.

O primeiro estágio é composto por ecossocialistas simpatizantes com o marxismo, que possuem filiação com o pensamento “vermelho”. Assim, buscam relacionar duas teorias já existentes: as propostas ambientalistas e as perspectivas socialistas. Como nos diz Saito (2021, p. 24), dentre os autores que compõem esse primeiro estágio cabe destacar Ted Benton, André Gorz, Michael Löwy, James O’Connor

¹ Na próxima seção foram determinadas as principais características que marcam cada estágio, bem como os principais autores ecossocialistas que os compõem. Desde já, cabe destacar que essa delimitação sistemática em estágios muitas vezes se apresenta como insuficiente para abarcar a teoria e as diretrizes práticas desenvolvidas pelos estudiosos do ecossocialismo.

e Alain Lipietz. Desse primeiro estágio, surgem contribuições importantes para o movimento, podendo ser citada a denúncia realizada por esses autores sobre os limites de uma perspectiva ambientalista reformista, ou seja, atestam ser insuficiente o mero manejo técnico do capital em expansão como solução para os problemas ambientais. Contudo, é preciso reconhecer que o que dá unidade ao pensamento do primeiro estágio é uma leitura no mínimo polêmica sobre os escritos marxianos.

Nesse sentido, dois pontos merecem ser destacados. Como apresenta Saito (Ibid.), existe uma leitura crítica entre os teóricos do primeiro estágio que imputa um anacronismo às obras de Marx no que se refere à ecologia. Desse modo, a análise desenvolvida pelo autor no século XIX é tida como insuficiente para o tratamento da catástrofe ambiental observada nos dias atuais. Essa visão é justificada por esses autores pelo fato de Marx não ter incorporado questões relevantes ao meio ambiente em seus escritos, como seria o caso da poluição gerada pelo aumento do uso de combustíveis fósseis. Além disso, autores como Löwy (2018) fazem um exercício de seleção de passagens esparsas nos escritos marxianos com intuito de defender a ideia de um Marx “produtivista”, que teria considerado tecnologia desenvolvida no capitalismo como neutra, admitindo ainda um desenvolvimento ilimitado das forças produtivas. Nota-se que essa conclusão parte de uma compreensão de que não existe contradição entre as forças produtivas e as relações de produção na teoria de Marx, de modo que o autor teria considerado que o aparato tecnológico do capital seria adequado mesmo para outras formações sociais.

Em resposta aos teóricos do primeiro estágio, surge uma vertente que busca demonstrar a compatibilidade do pensamento marxiano com o debate ecológico atual. O segundo estágio, como apresenta Fernandes (2020, p. 95), se debruça sobretudo nas discussões referentes à ruptura metabólica,² se apoiando especialmente no Livro III de *O capital*, nos *Grundrisse* e em outros textos de Marx. Radicalmente diferente dos autores que compõem o primeiro bloco, os autores do assim chamado segundo estágio fazem um estudo imanente das proposições desenvolvidas por Marx, no intuito de viabilizar desenvolvimentos posteriores sobre as questões ecológicas a partir da análise dos efeitos do movimento expansivo do capital sobre a sociedade e a natureza. Certamente, John Bellamy Foster (2005) e Paul Burkett (1999) foram pioneiros na investigação da ruptura metabólica.

De todo modo, não é possível limitar a discussão imanente sobre os textos marxianos à discussão metabólica, embora ela seja considerada o divisor de águas entre os dois estágios até agora enunciados. Desde a publicação das obras de Foster e Burkett, uma série de autores se debruçaram em extrair dos escritos marxianos implicações ecológicas. Kohei Saito (2021), por exemplo, faz um trabalho colossal que vai muito além das descobertas de Foster. Inventariando textos, cadernos e cobrindo um amplo material

² Como apresentam Foster (2005) e Burkett (1999), o conceito de ruptura (ou falha) metabólica evidencia-se na obra de Marx especialmente no Livro III de *O capital*, através da seguinte passagem: “A grande propriedade do solo reduz a população agrícola a um mínimo em diminuição constante e opõe-lhe uma população industrial cada vez maior, aglomerada em grandes cidades, gerando assim as condições para uma *ruptura irremediável no metabolismo social*, prescrito pelas leis naturais da vida; dessa ruptura decorre o desperdício da força da terra, o qual, em virtude do comércio, é levado muito além das fronteiras do próprio país. (Liebig.)” (Marx, 2017, p. 762, *ênfase adicionada*). Partindo da investigação dos processos químicos do solo realizada por Liebig, Marx, ao analisar as consequências da ampliação da exploração das terras agricultáveis, busca indicar que o avanço do modo de produção capitalista nessas áreas é capaz de desencadear um metabolismo entre os seres humanos e seu meio natural que desencadeia uma série de consequências danosas à sociedade e à natureza. Essa implicação se manifestaria na contradição entre campo e cidade, na medida em que recursos das áreas rurais passam a ser constantemente destinados aos centros urbanos e não retornam à sua origem, sendo acumulados sob a forma de detritos causadores da contaminação dos centros urbanos e, conseqüentemente, contribuindo para o empobrecimento dos solos.

de rascunhos de Marx, Saito consegue demonstrar que o autor, em seus últimos anos de vida e de pesquisa, dedicou-se como nunca antes a analisar a fronteira das ciências naturais e as alterações no ambiente desencadeadas pela ruptura metabólica. Desse modo, a tese defendida por Saito é a de que a pesquisa de Marx estaria caminhando para uma incorporação das tendências ecologicamente destrutivas da reprodução do capital. Muito mais do que um interesse lateral de Marx, essa perspectiva passaria (caso houvesse tempo) a ter centralidade em sua crítica da Economia Política.

Outro autor que pode ser integrado ao segundo estágio e que merece destaque por realizar uma leitura imanente dos textos de Marx, mas que de fato não limita sua investigação aos termos colocados pelo debate em torno do metabolismo, é Eduardo Sá Barreto. Com inúmeras publicações a respeito do tema,³ seu maior mérito consiste em analisar minuciosamente a dinâmica do capital, apresentada sobretudo nos três livros de *O capital*, como forma de demonstrar que o movimento autoexpansivo do capital tem como consequência inata um crescente e irrefreável impacto material – em termos absolutos, mesmo nos momentos de recessão – sobre os recursos naturais do planeta. Mobilizando categorias como a tendência de aumento da escala, do escopo e da velocidade da produção, Sá Barreto demonstra, a partir de Marx, que o ímpeto da valorização se traduz num impacto material que foge do controle dos agentes, e que não pode ser mitigado enquanto esse sistema produtivo vigorar.

Sá Barreto também evidencia que esperanças depositadas sobre tecnologias poupadoras de recursos (capazes de aumentar a eficiência produtiva), sobre a moderação do consumo, sobre o desenvolvimento de tecnologias de descarbonização, sobre a desmaterialização⁴ etc. são infundadas, na medida em que demonstram ser incapazes de frear o impacto do capitalismo sobre o planeta. No caso do aumento da eficiência produtiva e da moderação do consumo (produtivo ou não), essa incapacidade de gerar ganhos em termos ecológicos se apresenta pelo fato de que os recursos poupados pela adoção desse tipo de prática não deixam de ser capital sob a atual forma de organização produtiva. Deste modo, os recursos liberados entram de uma forma ou outra nos circuitos de valorização.⁵ Ao garantirem a expansão do valor, acarretam, conseqüentemente, num aumento da demanda por recursos naturais (Sá Barreto, 2021, p. 224). Sobre o avanço das tecnologias de descarbonização da matriz energética ou da possível descoberta de fontes de geração de energia que possuem uma eficiência sem precedentes (como no caso de se dominar a fusão nuclear), merece ser destacado que sua universalização se demonstra inviável no atual modo de produção. Isso porque essas tecnologias estariam submetidas às leis de valorização, sob a forma de patentes (Sá Barreto, 2020, p. 79). Sendo assim, tornam-se evidentes os limites que impedem que essas tecnologias apresentem soluções ecologicamente efetivas, serão, no máximo, economicamente

³ Cf. Sá Barreto (2014; 2015; 2016; 2018; 2020; 2021); Medeiros e Sá Barreto (2013); Correa, Sá Barreto e Leite (2021).

⁴ “Os contornos fundamentais das alegações em torno da desmaterialização podem ser sumarizados em dois pontos. Em primeiro lugar, o crescimento econômico é tomado (em geral a priori) como um imperativo – i.e., como um valor, que apenas muito raramente é questionado. A tal crescimento, porém, não corresponderia necessariamente uma expansão (material) da produção ou do consumo produtivo, o que nos leva ao segundo ponto. A chave dessa não correspondência seria o desenvolvimento tecnológico. A tecnologia, como poupadora de recursos, facultaria a expansão econômica sobre uma base material não expansiva (ou, em proposições menos radicais, ao menos não proporcionalmente expansiva)” (Sá Barreto, 2016, p. 98-99).

⁵ “Aquele capital liberado em um ponto do sistema precisa encontrar outro espaço de atuação para realizar o seu movimento expansivo. Do ponto de vista da totalidade, há apenas a redistribuição do capital em sua dinâmica expansiva. Do ponto de vista da materialidade, não há absolutamente nada que garanta que a redução de impacto efetivada em âmbito local se traduza em redução de impacto geral” (Sá Barreto, 2021, p. 219).

viáveis. Conclui-se que a tendência de elevação das forças produtivas peculiar ao capitalismo não possui nenhuma capacidade de gerar melhorias em termos ecológicos.

Sobre o terceiro estágio, ainda que este não seja muito consolidado na tradição ecossocialista, é possível destacar algumas de suas características específicas. Se trata de um estudo mais contemporâneo, que parte da ideia da ruptura metabólica e enfatiza a impossibilidade de se superar o capital sem que se considere os impactos ecológicos que fundamentam o pensamento ecossocialista. Essa vertente se preocupa em recolher das principais frentes de luta (anticapitalistas ou não) elementos que possam ser incorporados ao pensamento ecossocialista, isto é, buscam estabelecer um vínculo entre as pautas sociais e ambientais (como no caso da luta dos povos originários e dos movimentos de sublevação sociais urbanos). Como apresenta Gaspar (2021, p. 27), esse estágio consiste em uma recuperação dos fundamentos metodológicos de Marx para que se forme uma metodologia capaz de analisar a “raiz das crises ecológicas e sociais atuais”, que vêm se desenvolvendo no decorrer da história (em especial nas últimas décadas).

Por se tratar de uma problemática tangenciada por muitos dos ecossocialistas, é insuficiente estabelecer de forma rígida que o estudo de algum teórico se limita ao terceiro estágio. De todo modo, pelas discussões realizadas, acredita-se que o autor Andreas Malm pode ser destacado como um dos importantes autores que estudam essa frente. Basta observar alguns de seus textos recentes, em que o autor busca vincular eventos como a Primavera Árabe e a pandemia despontada pelo SARS-CoV-2 à temática ecológica e revolucionária, incorporando os fundamentos marxianos à elucidação das causas desses episódios. Outra autora que merece destaque é Sabrina Fernandes, que se dedica, dentre outras coisas, a incorporar na temática ecossocialista as lutas e processos políticos desencadeados na América Latina.

Destacadas as principais particularidades dos estágios que formam a tradição ecossocialista, vale lembrar que, ainda assim, se trata de um pensamento que possui uma série de convergências. Todos os pesquisadores aqui mencionados se colocam frontalmente opostos à lógica do capital e utilizam, em maior ou menor medida, da teoria legada por Marx como forma refletir sobre a emergência climática. Contudo, o aspecto político portado por esse tipo de análise é muito direto, de modo que diversas práticas que atacam os pilares da sociabilidade do capital são sugeridas nas formulações desses pensadores. Nesse tocante, são variadas as propostas que emergem das teses aqui indicadas, sendo relevante destacar aquelas que parecem mais problemáticas e aquelas que parecem mais bem fundamentadas e rigorosas, considerando-se as exigências impostas pelo estado de coisas atual. Reconhecendo que os conteúdos das lutas contemporâneas exigem a incorporação de novas mediações, devendo se ajustar sobretudo as exigências colocadas pela emergência climática, na próxima seção, procurou-se analisar em que medida as diretrizes práticas e organizativas sugeridas por Lenin no início do século XX podem auxiliar no enfrentamento do modo de produção capitalista hoje, sendo destacadas as divergências apresentadas pelos projetos sustentados por autores como Löwy, Foster e Burkett.

2. Propostas ecossocialistas pouco favoráveis à transformação social

No ano em que se celebra os 120 anos da publicação da obra *Que fazer?*, de Lenin, a urgência de mobilização de uma via revolucionária vem à tona, considerando-se o estado atual da crise climática em que se encontra inserida a sociedade capitalista contemporânea, cujo alerta emergencial ressoa nos textos dos diversos ecossocialistas mencionados. Lenin é consagrado por extrair da realidade as circunstâncias que fundamentam sua teoria em função de um processo revolucionário. É de se perceber, contudo, que a sociedade atual se encontra numa situação concreta muito diferente

daquela vivenciada por Lenin: a da Rússia czarista do fim do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, cabe destacar o fato de que não contamos com grandes movimentos de massa descontentes com o estado de coisas vigente e com a organização sociopolítica dominante (em nosso caso, a democracia burguesa). Por sua vez, isso não impede que valiosas lições sejam apreendidas daquele momento ímpar da história mundial, dada a necessidade de se enfrentar as crescentes consequências humanitárias e ecológicas desencadeadas pelos processos de expansão do capital.

É uma obviedade que o acirramento da emergência climática ameaça nossa existência, contudo, ele se faz menos perceptível pela consciência cotidiana se comparado com os problemas tangíveis enfrentados pela população russa submetida ao regime autocrático. Pela ausência de “um sujeito” definido, hoje, parece mais difícil direcionar o descontentamento coletivo contra as causas da catástrofe climática. Contudo, não devemos nos enganar. A essência desse “sujeito” é justamente a mesma da época do camarada Lenin: o capital em expansão. O problema agora se apresenta de forma bastante dramática, na medida em que a reificação gerada pelas leis do capital têm (como nunca antes) a capacidade de nos direcionar à uma época geológica portadora de condições ambientais adversas jamais vivenciadas pela humanidade, que certamente nos imporá uma série de novos desafios como forma de garantir a sobrevivência da espécie humana na Terra.

Em decorrência da grande dificuldade de se incorporar a perspectiva da totalidade em nossas ações cotidianas, da desmobilização atual experienciada pela classe trabalhadora, do aviltamento secular pelo qual passa a ideologia marxista, do avanço do capital enquanto mediador da maioria das relações sociais, do grande mecanismo de manipulação⁶ a serviço da reprodução do capital, dentre outros motivos, é sintomático que um debate tão relevante – já que se refere à continuidade de nossa existência –, não tenha ainda sido capaz de motivar amplas massas de pessoas contra o modo de produção atual. No entanto, ambientalistas das mais diversas estirpes, e sobretudo os ecossocialistas, vêm alertando que a piora de vida de muitas pessoas pode acontecer subitamente (devido à uma seca sem precedentes ou ao acelerado aumento do nível do mar) e em poucos anos (não estamos falando de décadas). É possível, portanto, que a piora extrema das condições de vida que plasmam a sociabilidade desperte uma consciência espontânea combativa ao estado de coisas atual. É nesse sentido que se faz aqui o resgate da teoria de Lenin, visto que o argumento central de *Que fazer?* se refere à importância em se coordenar as sublevações espontâneas, direcionando-as contra o modo de produção capitalista e o Estado burguês. O estudo de Lenin parece adequado, portanto, para auxiliar a refletir a questão da mobilização revolucionária em tempos que exigirão esse tipo de organização.

Nessa perspectiva, foram selecionados três elementos correlatos da formulação leniniana, que nos permitem realizar uma análise crítica sobre as formas de luta sustentadas por autores ecossocialistas. A saber: i) a crítica de Lenin ao trade-unionismo e ao “economismo” (i.e., às lutas reformistas que não apresentam como horizonte uma ruptura com a divisão de classes e com a produção do valor); ii) o elemento espontâneo das massas e a necessidade de agitação e organização revolucionária; iii) a insuficiência dos métodos artesanais e das lutas locais na construção de um movimento emancipatório efetivo.

⁶ Ao se referir à manipulação tem-se em mente o longo argumento desenvolvido no último capítulo do segundo volume de *Para uma ontologia do ser social*. Em termos ultrassintéticos, esse aparato imprescindível à reprodução do capitalismo contemporâneo está relacionado à forma como o modo de produção capitalista atinge o tempo livre dos trabalhadores, influenciando diretamente a maneira com que se realiza o consumo na sociedade moderna. Cf. Lukács (2013, cap. 4).

Lenin (2015, p. 46) inicia seu argumento enfatizando a problemática em torno da força adquirida pelas pautas “economistas” no interior do movimento socialdemocrata – cabe lembrar que a socialdemocracia, nesta época, consistia na organização política voltada aos anseios da classe trabalhadora, sendo em maior medida seguidora da tradição marxista. O problema destacado por Lenin consiste no fato de que esse movimento, que deveria ser pautado majoritariamente pela realização de uma revolução social, acabou sendo contaminado por um ponto de vista estreito, cuja finalidade última seria apenas realizar reformas no interior daquela sociedade já estabelecida (Ibid., p. 51). Em decorrência dessa concepção difundida por diversos intérpretes (com destaque para Bernstein), surge ainda uma tendência oportunista, que obstaculizava a luta a ser travada contra a classe dominante, “reduzindo o movimento operário e a luta de classe a um trade-unionismo estreito e à luta ‘realista’ por pequenas e graduais reformas” (Ibid., p. 64). Chavões como “o lema do movimento operário deve ser a ‘luta pela situação econômica’” (Ibid., p. 88) eram proclamados por diversas frentes. Lenin se posiciona frontalmente contra esses argumentos, apontando que simples reformas seriam incapazes de suprimir a submissão dos trabalhadores ao capital, causador último do mal irremediável enfrentado pela população russa (Ibid., p. 96).

Nesse sentido, cabe destacar que o “reformismo” não se configura como cerne do argumento empreendido pelos ecossocialistas a pouco destacados – textualmente essa proposta geralmente é de fato rechaçada. Contudo, é evidente que algumas das resoluções propostas pelos ecossocialistas dão margem à uma apreensão positiva sobre a adoção desse tipo de medida paliativa, sendo sustentada sua capacidade de desacelerar os efeitos devastadores causados pelo modo de produção capitalista. Autores como Löwy, por exemplo, admitem que não podemos nos iludir com a possibilidade de “ecologizar o capitalismo”, mas não descarta a necessidade de se “empreender o combate pelas reformas imediatas” (Löwy, 2014, p. 53, *ênfase do autor*). E continua:

Por exemplo, algumas formas de ecotaxas podem ser úteis, com a condição de que sejam observadas por uma lógica social igualitária (fazer com que os poluidores paguem e não os consumidores) e de que nos libertemos do mito de um cálculo econômico do ‘preço de mercado’ dos estragos ecológicos: são variáveis incomensuráveis do ponto de vista monetário (Ibid.).

É no mínimo contraditório que o autor perceba que existe um mito sobre o cálculo econômico das questões ecológicas e, ao mesmo tempo, deposite esperanças no fato de que uma taxa sobre poluidores seria capaz de fazer o movimento ecossocialista avançar. Parece escapar do autor a percepção de que a produção capitalista é necessariamente expansiva e necessariamente demanda ao longo do tempo, em termos absolutos, volumes crescentes de meios materiais para sua reprodução. O autor não percebe que uma taxa sobre poluidores (como no caso do malabarismo proposto pelo Green New Deal) apenas desloca geograficamente o aparato produtivo, que continuará afetando o clima globalmente, se mostrando, portanto, ineficaz para diminuir os níveis de emissões⁷ (no limite, tal prática pode ser compreendida como mais um dos mecanismos de manipulação). Já evidenciamos, a partir de Marx e das conclusões ecológicas sobre a acumulação demonstradas por Sá Barreto, que o capital não admite outra natureza senão a expansiva. É patente no argumento de Löwy uma certa esperança de que reformas no interior do capital sejam capazes de dar mais tempo de vida ao planeta e, com isso, mais tempo para que uma mobilização efetiva contra o capital se desenvolva. Isso porque o autor ainda crê que “num certo sentido, o tempo é nosso aliado” (Ibid., p. 98).

⁷ Como demonstrado no relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2018).

Outro problema que merece ser destacado, na esteira da crítica ao “economismo” que aqui se empreende, é a ideia de que alterações estruturais em prol da desaceleração do impacto material sobre o planeta devem vir acompanhadas da criação de empregos verdes.⁸ Chega-se a admitir a necessidade de um pleno emprego. Podemos ilustrar essa concepção resgatando novamente um argumento de Löwy (Ibid., p. 51): “Está implícito que cada transformação do sistema produtivo ou dos transportes – substituição progressiva da estrada pelo trem – deve ser feita com a garantia do pleno emprego da força de trabalho”. Ora, a dramaticidade da situação atual nos obriga a ter uma postura mais radical. Nesse sentido, além de ter como perspectiva o decrescimento, não é viável adotar indicadores econômicos próprios do modo de produção capitalista como necessários (e suficientes) para a organização de uma sociedade emancipada que busca se adaptar em um planeta em transformação. Assim, a defesa do pleno emprego evidencia a existência de uma estreita teoria que deposita suas esperanças em reformas de cunho ambiental no interior dessa sociabilidade mercantilizada.

O segundo ponto destacado de *Que fazer?* se refere ao debate entre espontaneísmo e a necessidade de organização. Lenin é bastante combativo àqueles que sustentam que movimentos espontâneos de sublevação são suficientes para o enfrentamento do modo de produção capitalista. Resgatando os movimentos da classe trabalhadora que emergem no século XIX, Lenin observa que espontaneamente essas lutas são capazes de formar apenas uma consciência trade-unionista (Lenin, 2015 p, 81). Portanto, o autor rechaça a perspectiva de que existe um automatismo no movimento espontâneo dos trabalhadores, que levaria necessariamente para a consolidação de uma sociedade emancipada, isto é, de que a “consciência socialista” apareceria como resultado direto da luta de classe travada pela classe trabalhadora (Ibid., p. 92). Em contrapartida, Lenin destaca que a principal tarefa de organização do movimento revolucionário é “levar ao proletariado (literalmente: saturar o proletariado de) a consciência da sua situação e da sua missão” (Ibid.). Certamente, aqui estamos nos referindo à célebre diretriz leniniana: a de que é preciso combater a espontaneidade, na medida em que quanto maior for a massa espontânea integrada à luta, maior é a necessidade de se formar uma consciência de classe objetivamente anticapitalista a partir “de fora”.

Isso se justifica na medida em que Lenin toma os movimentos espontâneos como uma “forma embrionária do consciente”, que podem, contudo, tomar três direções: ou convergem de fato às lutas contra o capital, ou atendem somente demandas imediatas, ou, no pior dos casos, rebaixam o movimento (basta pensar no Vem Pra Rua despontado em 2013, no Brasil). Esse rol de possibilidades exige que se abra o debate e que se admita a necessidade de haver algum tipo de organização. Vale salientar que diversos intérpretes da tradição marxista se colocam contrários à tese leniniana, em maior medida por ser feita uma leitura em que caberia ao partido a realização dessa “conscientização”. Contudo, acredita-se que o argumento de Lenin é menos limitado do que o apresentado recorrentemente pelos seus críticos. Lenin (Ibid., p. 112-113) destaca que a agitação exigida para esse direcionamento combativo contra o capital deve ser realizada em inúmeras frentes (sindical, cívica, pessoal, familiar, religiosa, científica etc.), ou seja, ela deve ser capaz de incorporar ideologicamente aos levantes espontâneos todo o descontentamento gerado pela situação concreta de opressão. Sem entrar em maiores detalhes, vale ressaltar que mesmo o último Lukács (2013) é defensor da tese leniniana, enfatizando que essa consciência adjudicada não é, como apregoam os críticos, função exclusiva do partido: é preciso unificar nossos esforços utilizando dos melhores e mais bem fundamentados desenvolvimentos nos campos da filosofia, da arte, da ciência etc.,

⁸ Aspecto evidente nas elaborações de Fernandes (2020) e Foster (2002), por exemplo.

como forma de realizar uma agitação capaz de conscientizar os movimentos contra a devastação gerada pelo capital.

Tendo isso em vista, destaca-se o fato de que diretivas espontaneístas pairam sobre o pensamento ecossocialista. Muitos de seus teóricos não reconhecem a existência de um déficit de organização, ou acreditam que de fato as mais diversas sublevações despontadas espontaneamente já nascem portando um sentido ecológico e/ou anticapitalista. Tal concepção se torna patente, por exemplo, no texto de Burkett (2006). A despeito de seu rigor no manejo dos indicadores que passariam a ser centrais em uma sociedade ecologicamente emancipada (ao invés do PIB, por exemplo, o progresso deveria ser medido por indicadores de saúde humana, nível educacional, tempo livre, eficiência energética, desintoxicação ambiental, diversidade de ecossistemas e espécies, etc.), o autor parece negligenciar a necessidade de se consolidar uma organização que tenha como eixo dinâmico a luta pelo fim do modo de produção capitalista. Chegando a afirmar que, pelo simples fato de capitalistas e trabalhadores serem afetados de formas diferentes pelo impacto ambiental das atividades produtivas, é irrompido um conflito de classes immanentemente ambientalista (Burkett, 2006, p. 33).

Assim, a crença de que automaticamente a classe trabalhadora converterá suas lutas puramente econômicas (por melhores salários e condições de trabalho) em uma luta ambiental de caráter global vem acompanhada ainda da ideia de que será necessário um “longo período de luta” (Ibid., p. 42-43). A urgência de se mobilizar mecanismos de agitação passa, assim, ao largo do argumento do autor. Além de Burkett, cabe ainda ressaltar que Löwy, preso na ideia do “pleno emprego”, inverte totalmente a lógica mobilizadora defendida por Lenin, na medida em que o apoio dos trabalhadores à luta efetiva contra capital só seria viável se atendesse aos requisitos espontaneístas, ou seja, se for capaz de apresentar melhorias em termos econômicos (Löwy, 2014, p. 77). Aqui, não poderemos desenvolver mais profundamente esse argumento, mas ressalta-se que o espontaneísmo carrega na sociedade do capital um forte teor antiecológico.

Falta ainda analisar outro problema recorrente na literatura ecossocialista: o desconhecimento sobre a insuficiência de métodos artesanais de luta, i. e., sobre os limites apresentados pelas lutas locais, esparsas, utilizando do termo empregado por Sá Barreto (2021), “das pequenas vitórias no varejo”. Resgatando o argumento de Lenin, é fácil perceber que toda sua elaboração em *Que fazer?* tem o intuito de indicar a insuficiência de lutas locais, bem como dos métodos combativos/organizativos que se demonstram incapazes de serem universalizados (basta pensar que é muito mais fácil para os serviços do capitalismo combaterem pequenos núcleos desarticulados do que um grande movimento das massas). Reconhecendo que “as necessidades e os sofrimentos dos operários de diferentes empresas e ofícios têm muito de comum” (Lenin, 2015, p. 110), seria preciso, naquele momento, unificar todas as frentes de luta em torno da socialdemocracia, como forma de se atingir dois objetivos complementares: a tomada (e consequente derrubada) do Estado e o fim do modo de produção capitalista.

Um parêntese. Vale ressaltar que Lenin é muitas vezes criticado por depositar todas as atribuições revolucionárias à classe trabalhadora. Contudo, é possível afastá-lo dessa leitura míope, na medida em que o autor defende explicitamente que uma unidade combativa deve se formar entre todos os indivíduos e classes:

E para preparar os operários com conhecimentos políticos verdadeiros, vivos, abrangentes em todos os aspectos, é preciso que tenhamos “homens nossos”, socialdemocratas, sempre e em toda a parte, em *todas as camadas sociais*, em todas as posições que permitam conhecer as engrenagens internas do nosso mecanismo estatal. E precisamos desses homens, não apenas para a propaganda e a agitação, mas, ainda, e sobretudo, para a organização.

Há campo para atividade em *todas as classes da população*? Os que não o veem mostram, uma vez mais, que a sua consciência está atrasada relativamente ao ascenso espontâneo das massas. [...] Não seríamos “políticos” e socialdemocratas senão em palavras (como, com frequência, acontece efetivamente) se não tivéssemos a consciência de que a nossa tarefa consiste em utilizar *todas as manifestações de descontentamento*, de todo tipo, em articular e elaborar todas as formas de protesto, por embrionário que sejam (Ibid., p. 146, *ênfase adicionada*).

Visto isso, é preciso admitir que os exemplos de um enfrentamento ecossocialista a varejo, circunscrito em demandas imediatistas, que não indicam nenhum sentido de unidade e que, por isso, nem de longe têm a capacidade de afetar a dinâmica expansiva do capital, são, no máximo, convenientes. Contudo, se de fato temos a pretensão de garantir o futuro da humanidade no planeta, é necessária uma articulação em função da realização de ambiciosas metas antissistêmicas. Deste modo, é possível afirmar que esparsas manifestações de caráter ambientalista caminham para a consolidação de uma organização centralizada e combativa contra o capital? Acreditamos que não. A consequência de depositar a esperança nesse tipo de luta se demonstra fatalmente desmobilizadora.

Na medida em que se acredita ser benéfico apoiar o desenvolvimento de “métodos artesanais”, prostra-se diante da tarefa colossal cujo o ecossocialismo deve se engajar, aceitando que é melhor fazer algo (mesmo que paliativo) do que não fazer nada. Contenta-se com uma ação semelhante à solução proposta pela burguesia (capitalismo verde). Essa sintomática visão do ecossocialismo pode ser ilustrada – novamente – a partir de um trecho presente no texto de Löwy (2014, p. 88, *ênfase adicionada*): “A tomada de consciência socialista e ecológica é um processo cujos fatores decisivos são as lutas coletivas das populações que, *a partir de confrontos parciais em nível local*, progridem em direção à perspectiva de uma mudança radical da sociedade”. Nessa perspectiva e em acordo com Lenin, parece prudente rejeitar a proposta de que o mero acúmulo quantitativo de métodos combativos artesanais e de frentes de luta locais sejam por si capazes de gerar um salto qualitativo em direção à luta definitiva contra o capital.

Realizada essa crítica leniniana sobre alguns dos postulados mais problemáticos que podem ser identificados nas teorias ecossocialistas, analisamos na próxima seção os desenvolvimentos realizados no interior dessa tradição considerados mais adequados e realistas em respeito ao enfrentamento do estado de coisas atual. A partir dos argumentos desenvolvidos especialmente por Malm e Sá Barreto, é revelada uma postura mais radical e combativa contra o sistema capitalista. Além disso, evidencia-se que, antes de realizar qualquer tipo de reforma ou transformação que busque alterar nosso impacto no meio ambiente, é preciso retirar o controle da produção da classe dominante, travar a engrenagem do valor, alterar o modo de produção em torno do qual essa sociedade está organizada. Somente após isso teremos condições de efetivamente empregar nossos esforços com o intuito de dirimir os efeitos climáticos catastróficos já manifestos ou que em breve se manifestarão.

3. O que o futuro nos reserva? A necessária radicalização do discurso ecossocialista

Passamos agora à análise de proposições mais enérgicas desenvolvidas pela literatura ecossocialista. De tudo que vimos, com destaque para a incapacidade de que resoluções pontuais de cunho ecológico possam proporcionar um ataque efetivo às causas dos problemas socioambientais, é de se esperar que surja um certo pessimismo desmobilizador nos campos de luta (Sá Barreto, 2021, p. 227). Como destaca o autor, estamos diante de um dilema: “por um lado, [as lutas] para serem viáveis, precisam ser

ineficazes quanto ao essencial; por outro, se pretenderem ser eficazes, tornam-se inviáveis politicamente, a não ser que assumam caráter conscientemente disruptivo” (Ibid., p. 230).

Esse cenário inclusive remete ao argumento desenvolvido por Lukács (2013, p. 734) a respeito do temor e da esperança. O autor, analisando aspectos referentes à gênese da religião, argumenta que brotam no ser social, em decorrência de sua incapacidade de prever, controlar, administrar as diversas forças objetivas que escapam à sua compreensão, um sentimento de temor, que vem acompanhado de uma pueril esperança de que tais dilemas possam ser resolvidos de modo automático ou mesmo transcendente. Assim, a decisão de deixar o “desfecho da sua própria atividade a critério de poderes transcendentais” acaba por “reificar o seu comportamento para com a realidade, para com a natureza e (de modo crescente) para com a sociedade” (Ibid.). Nesse sentido, pela dureza dos diagnósticos que temos em mãos e pela postura necessariamente disruptiva que nos é exigida, podemos observar o surgimento não só de uma falsa esperança pelos ecossocialistas a respeito das lutas parciais, locais e reformistas, mas inclusive de uma espécie de “voluntarismo geológico”, que assume uma “indefinida flexibilidade do mundo natural diante de nossas finalidades”, caso sejamos capazes de derrubar o sistema capitalista (Sá Barreto, 2021, p. 230).

Contudo, essa perspectiva “otimista”, ancorada na ideia de que uma sociedade emancipada será marcada pelo pleno emprego, por uma abundância de bens nunca antes vista, que seremos capazes de dominar plenamente a natureza e a sociedade em função de nossas mais diversas demandas, além de evidenciar uma séria reificação, é sintoma da incapacidade da teoria em ser politicamente coerente com os alarmantes prognósticos científicos. Como sustenta Sá Barreto (Ibid.), um “planeta em acelerada transformação estreita, também muito rapidamente, nosso ‘espaço de ação das alternativas concretas’”. E isso deve ser levado em consideração mesmo se formos capazes de realizar o passo mais fundamental da luta ecossocialista: o fim do modo de produção capitalista. Assim como defendeu Lenin (2015, p. 146), precisamos organizar as frentes de luta com conhecimentos sinceros e verdadeiros em relação à realidade, para que as práticas sugeridas se demonstrem efetivas no ataque das causas dos problemas que precisam ser enfrentados. Em síntese:

Não há nenhuma trajetória possível para uma mobilização bem-sucedida que não envolva a consideração explícita, consciente e rigorosa de toda a evidência climática disponível e de todo o conjunto do melhor conhecimento científico a seu respeito. Não levar em conta os claros prognósticos do conhecimento disponível com a alegação de que esse conhecimento é incompleto ou desmobilizador, é uma postura indefensável em qualquer tipo de perspectiva transformadora que se pretenda materialista (Sá Barreto, 2021, p. 231).

Alinhado com essa perspectiva, pode-se destacar também os argumentos que vêm sido desenvolvidos por Malm. Bastante sensato perante os desafios colocados pela atual situação, o autor aponta que ela exigirá uma mobilização radical e uma organização coletiva sem precedentes. Na verdade, por mais que o cenário atual exija medidas sem precedentes, Malm argumenta que existem exemplos históricos de mobilização nos quais podemos e devemos nos inspirar, sendo destacado o comunismo de guerra implementado por Lenin e pelo partido bolchevique no pós-Revolução de 1917.

Malm (2017, p. 07) reconhece que, somada a grande tragédia ocasionada pelo conflito bélico mundial que se estendia desde 1914, no ano de 1917, a Rússia enfrenta um cenário de escassez generalizada de alimentos. O descontamento geral se expressa em inúmeras sublevações, e o que se observa é que as classes dominantes continuavam a usufruir, com ligeira abundância, dos recursos materiais disponíveis no território soviético. Esse panorama pode não estar muito distante do que nos espera. Em um cenário

de carência extrema de recursos provocado pela atual emergência climática, é de se imaginar que as classes dominantes vão postergar a garantia de suas benesses ao máximo. Está dada a receita para que ecloda um levante contra a lógica exploratória e estranhadora do capital. Como já acentuamos, esse momento exigirá uma organização centralizada que seja coerente com os mais variados prognósticos sobre os problemas ambientais. Considerando que esse cenário se concretize, uma nova (e provavelmente mais desafiadora) situação se coloca: a necessidade de organizar a sociedade considerando-se as consequências no clima global desencadeadas pelas práticas antropogênicas.

Prospectando esse cenário, Malm (2020) procura destacar que lições importantes podem ser apreendidas através da experiência do comunismo de guerra da URSS, que se fez necessário em função da guerra civil, do bloqueio internacional e dos surtos de fome, doenças e epidemias que se alastraram sobretudo nos primeiros anos após a revolução. Nessas condições, a organização política bolchevique, sob o comando de Lenin, como forma de garantir as condições básicas de subsistência da população soviética e se adaptar a uma realidade totalmente adversa e desafiadora, se vê obrigada a estabelecer uma série de medidas geralmente consideradas draconianas. Nesse sentido, Malm (2020, p. 106) destaca que houve, por exemplo: i) a rápida nacionalização das empresas e o confisco de bens e propriedades da nobreza, que contribuíram para o quase completo desaparecimento das elites privilegiadas; ii) a concentração dos meios de produção nas mãos do Estado, que decidia quais produtos iriam ser priorizados; iii) em decorrência da ocupação das minas de carvão e dos poços de petróleo pelo Exército Branco e pelas potências imperialistas, surge a necessidade de mobilizar uma enorme quantidade de trabalhadores na função de recolher madeira, como forma de garantir o funcionamento das máquinas a vapor necessárias ao funcionamento das indústrias e dos meios de transporte sem a utilização de recursos fósseis.

Esse enxuto número de exemplos é capaz de propiciar um vislumbre da magnitude das mudanças que se fizeram necessárias naquele cenário. Analogamente, pode-se prospectar algo semelhante às ações que se farão necessárias num futuro próximo – mas que só se tornarão possíveis após a derrubada do sistema de produção capitalista. Deve-se ter em mente que será imprescindível restringir amplamente a produção e consumo de proteína animal, reduzir dramaticamente o setor de transportes (com destaque para o de aviação), mobilizar amplas massas em prol do reflorestamento e da desintoxicação de biomas, diminuir em um rápido período de tempo toda a produção de energia gerada por fontes não renováveis, destruir setores industriais inteiros etc. Como conclui Malm:

O futuro, então, em um sentido figurado, é o comunismo ecológico de guerra, sendo ‘apenas uma analogia – mas uma analogia muito rica em conteúdo’. Significa aprender a viver sem combustíveis fósseis em pouco tempo, quebrar a resistência das classes dominantes, transformar a economia por inteiro, recusar-se a desistir mesmo que todos os piores cenários se tornem realidade (Ibid., p. 112, tradução livre).

Deste modo, a investigação realizada pelos autores analisados nesta seção nos parece a mais aderente no combate dessa realidade nada harmoniosa cuja lógica expansiva do capital nos empurra. Na medida em que as questões ecológicas se manifestam em todos os pontos do planeta e condenam, de forma preocupante, a continuidade da espécie humana na Terra, não parece possível realizar as substantivas transformações exigidas através de artifícios que acabam por criar uma consciência reificada sobre essa problemática. Lenin, nesse sentido, pode nos ensinar valiosas lições, dado que foi responsável pela transformação radical da sociedade em que vivia, partindo de uma conjuntura extremamente desafiadora, enxergando, a partir desse cenário, as medidas práticas necessárias para uma drástica alteração da organização social.

Considerações finais: os perigos da formação de uma consciência reificada

O movimento ecossocialista surge na esteira das transformações ecológicas e sociais que se agudizam sobretudo a partir do fim do século XX. Esse importante campo do marxismo talvez seja o que hoje possui a maior capacidade de incorporar seus prognósticos às variadas lutas contra o modo de produção vigente, visto que o problema não se trata mais “somente” da defesa de um mundo emancipado, mas da própria manutenção da existência da espécie humana.

Contudo, como salientamos, além do fato de existirem diferentes linhas de raciocínio entre os ecossocialistas, algumas das diretrizes teóricas e sobretudo práticas desenvolvidas por esses autores se mostram insuficientes para a realização das duas principais tarefas que se colocam a esse movimento: 1º) a de mobilização e organização de movimentos sociais em função do fim do modo de produção capitalista; e, realizada essa primeira tarefa, 2º) a implantação de uma nova organização social capaz de se adaptar em meio as transformações ambientais irreversíveis que se apresentam nesse “mundo novo”.

Como nos mostram Malm e Sá Barreto, o simples “otimismo da vontade”, patente em textos de diversos teóricos ecossocialistas, se mostra implacavelmente insuficiente e desmobilizador. Considerando um período de transição, não é possível, nas palavras de Malm (2020, p. 109), escapar da adoção de medidas rigorosas e de algumas proibições, como no caso da eliminação gradual da produção e consumo de carne e de “diversas outras coisas consideradas partes da boa vida”. O fato de que a maior parte dos integrantes dos agrupamentos da esquerda atual não reconheça que “sacrifícios ou desconfortos para as pessoas comuns” serão inevitáveis, revela uma falta de aderência com a fronteira científica – e no limite uma falta de honestidade –, que contribui para a formação de uma consciência social reificada em torno dos movimentos revolucionários. Destituído das plenas condições de exercer seu papel transformador, esse movimento se contenta em fazer, na maioria das vezes, um ataque superficial aos efeitos do problema, se alicerçando em soluções individualistas e de natureza focalizada.

De fato, no que se refere a questão política em torno da mobilização, Lenin (2015, p. 185) já havia alertado para os problemas da demagogia, que busca circunscrever suas ações sob um discurso que simula virtudes a partir de objetivos escusos: “nesse período de dispersão e de hesitação, quando o nosso movimento ainda está ganhando forma, nada mais fácil do que arrastar demagogicamente a multidão, que só a partir das experiências mais amargas poderá, depois, convencer-se do erro em que incorreu”.

Tragicamente, o tempo não está ao nosso lado para que um tipo de conduta desse tipo seja revertida sem causar maiores consequências. Em um cenário em que as organizações sociais de esquerda tenham condições de assumir o poder, mas se limitem a administrar o modo de produção estabelecido – que, por sua vez, caminha diretamente para à ruína ambiental e social –, revelam-se as condições para que rompa uma forte aversão das pessoas à essa “política”. Considerando que teremos que lidar com um mundo com recursos cada vez mais escassos e difíceis de serem acessados por amplas massas da população, e que essas circunstâncias extremas tendem a se aprofundar, podemos caminhar fatalmente em direção à proliferação de movimentos fascistas como resposta deliberada à essa reificação política e ao estado de coisas hediondo desencadeado pelas mudanças climáticas em curso.

Referências bibliográficas

- BURKETT, Paul. **Marx and nature: a red and green perspective**. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1999.
- _____, Paul. Two Stages of Ecosocialism? **International Journal of Political Economy**, v. 35, n. 3, 2006.
- CORREA, Hugo; SÁ BARRETO, Eduardo; LEITE, Leonardo. A morte lhe cai bem: capitalismo em crises e imperialismo. **Revista fim do mundo**, n. 6, 2021.
- FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo: um guia político para quem se importa**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2020.
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____, John Bellamy. **Ecology against capitalism**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2002.
- GASPAR, Felipe André Reduto. **Ecosocialismo e sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado) – Estudos de Desenvolvimento, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2021.
- IPCC. Global warming of 1.5 C: An IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C above pre-industrial levels. Genebra: IPCC, 2018.
- LENIN, Vladimir. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- LÖWY, Michael. Mensagem ecológica ao camarada Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 11, 2018.
- _____, Michael. **O que é o ecosocialismo?** São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MALM, Andreas. **Corona, climate, chronic emergency: war communism in the twenty-first century**. Londres: Verso, 2020.
- _____, Andreas. Revolution in a Warming World: Lessons from the Russian to the Syrian Revolutions. **Socialist register**, 2017.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da Economia Política**. Livro III. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MEDEIROS, João Leonardo; SÁ BARRETO, Eduardo. Lukács e Marx contra o “ecologismo acrítico”: por uma ética ambiental materialista. **Economia e Sociedade**, v. 48, n. 2 (22), 2013.
- SAITO, Kohei. **O ecosocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- SÁ BARRETO, Eduardo. As múltiplas dimensões da exigência imposta à esfera do consumo pela dinâmica do capital: elementos para o debate ambiental. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 37, 2014.

- _____, Eduardo. Crise climática e o Green New Deal: uma primeira aproximação crítica. **Revista Fim do Mundo**, n. 2, 2020.
- _____, Eduardo. Marx contra a fantasia “coaseana”: uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono. **Marx e o marxismo**, v. 3, n. 5, 2015.
- _____, Eduardo. Marx contra o otimismo tecnológico: economia “imaterial” desmistificada e desdobramentos para as questões ambientais. **Nova Economia**, v. 26, n. 1, 2016.
- _____, Eduardo. Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 1 (71), 2021.
- _____, Eduardo. **O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.